



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, Julho/2009

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Lísicio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason
Angela Carballido Fernandez
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Felipe Augusto Trevisan Ortiz
Felipe Palmeira Bardella
Heliane Bertullucci Fernandes
Heloisa Teixeira Saito
Janet Maria Pereira
Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 6, junho2009. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em junho de 2009 foi deficitário em R\$ 643,8 milhões, contra déficit de R\$ 302,9 milhões em maio. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 3,4 bilhões. O Banco Central, por sua vez, registrou déficit de R\$ 26,3 milhões.

O resultado primário do Governo Central em junho de 2009 foi deficitário em R\$ 643,8 milhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAI 2009	JUN 2009	JAN-JUN 2008 2009	
I. RECEITA TOTAL	56.292,3	55.027,6	344.945,6	341.298,6
I.1. Receitas do Tesouro	41.711,9	40.770,7	270.637,7	258.334,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	42.248,2	42.703,4	274.087,4	261.946,2
I.1.2. (-) Restituições	-508,8	-1.932,7	-3.449,7	-3.557,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-27,5	0,0	0,0	-54,8
I.2. Receitas da Previdência Social	14.400,8	14.063,9	73.502,7	81.965,0
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	13.926,8	13.642,2	71.112,8	79.703,6
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	474,0	421,7	2.389,9	2.261,4
I.3. Receitas do Banco Central	179,6	193,1	805,2	999,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.835,0	12.915,2	63.239,0	64.664,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	43.457,3	42.112,4	281.706,7	276.634,3
IV. DESPESA TOTAL	43.760,2	42.756,2	220.328,3	258.071,3
IV.1. Despesas do Tesouro	26.416,5	25.091,5	127.696,5	153.608,2
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	10.867,4	11.348,2	59.601,5	72.136,9
IV.1.2. Custeio e Capital	15.460,2	13.654,8	67.711,8	80.939,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.930,2	1.925,4	7.534,1	10.645,9
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	612,9	-1.344,6	2.495,9	-51,9
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.586,7	1.598,3	7.827,0	9.236,0
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.330,4	11.475,7	49.854,8	61.109,9
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.815,3	8.727,0	39.983,6	49.084,8
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.515,1	2.748,7	9.871,3	12.025,1
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	88,8	88,5	383,2	531,4
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	17.140,5	17.445,3	91.658,9	103.241,1
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	13.712,4	13.956,2	73.442,5	82.580,7
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.428,1	3.489,1	18.216,4	20.660,4
IV.3. Despesas do Banco Central	203,2	219,4	972,9	1.222,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-302,9	-643,8	61.378,4	18.563,0
VI.1. Tesouro Nacional	2.460,4	2.764,0	79.702,2	40.061,9
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.739,7	-3.381,4	-18.156,2	-21.276,1
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	214,3	-314,1	-2.329,7	-2.877,1
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-2.954,1	-3.067,4	-15.826,5	-18.399,0
VI.3. Banco Central (6)	-23,6	-26,3	-167,7	-222,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,40%	1,28%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve acréscimo de R\$ 455,2 milhões (1,1%), passando de R\$ 42,2 bilhões em maio para R\$ 42,7

A evolução das receitas do Governo Central no mês foi impactada pelo recolhimento semestral do IRRF – Rendimentos do Capital e por outros fatores sazonais.

bilhões em junho. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) o aumento de R\$ 2,8 bilhões na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Capital decorrente da arrecadação semestral desse tributo no mês, em conformidade com a Lei no 10.892/2004; ii) a queda de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação de dividendos; e iii) a diminuição de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação de concessões, decorrente das receitas não habituais registradas no mês anterior, da ordem de R\$ 699,1 milhões, referentes à prorrogação bianual de contratos de concessão de serviços de telecomunicações, e de R\$ 461,9 milhões relativos ao pagamento da 2ª parcela da outorga da Ferrovia Norte Sul.

Em junho, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 12,9 bilhões, contra R\$ 12,8 bilhões no mês anterior, apresentando acréscimo de 0,6%. (R\$ 80,2 milhões) em termos nominais. As transferências constitucionais registraram R\$ 8,1 bilhões, com redução de 13,5% frente a maio de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de maio, com impacto nas transferências do mês de junho.

As transferências referentes à Lei Complementar no 115 alcançaram R\$ 2,1 bilhões, frente aos R\$ 162,5 milhões registrados no mês de maio. Esse crescimento se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios sob o amparo da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009.

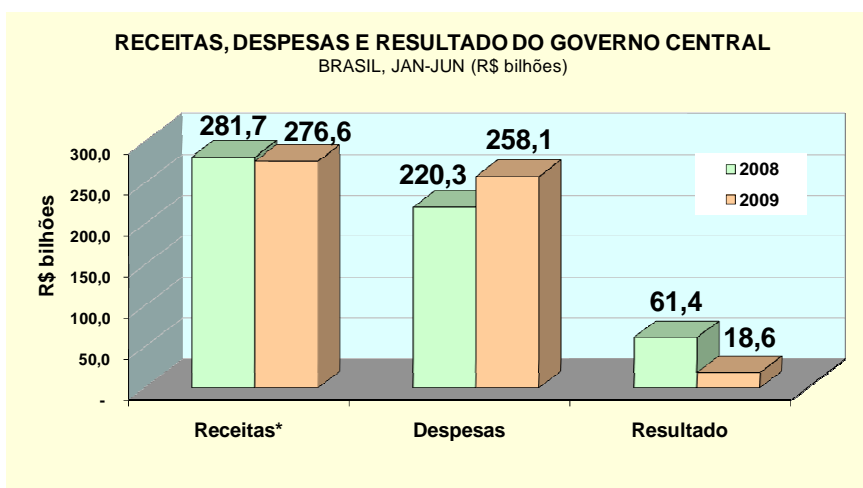
Do lado dos dispêndios, verificou-se diminuição de R\$ 1,3 bilhão nas despesas do Tesouro Nacional em relação a maio, explicado: i) pelo retorno líquido de empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) de R\$ 2,1 bilhões ocorrido no mês; e ii) pela elevação de R\$ 480,8 milhões (4,4%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

O déficit da Previdência Social aumentou 23,4% (R\$ 641,7 milhões) relativamente a maio, passando de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 3,4 bilhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 314,1 milhões no mês, contra resultado superavitário de R\$ 214,3 milhões em maio, enquanto que a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões, perante déficit de R\$ 3,0 bilhões no mês anterior.

No acumulado do primeiro semestre, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 18,6 bilhões, contra R\$ 61,4 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 1,8% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 17,1%.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-JUN: %		
DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
Receitas	16,7%	-1,1%
Tesouro	16,5%	-4,5%
Previdência	17,0%	11,5%
Transferências	20,8%	2,3%
Receita Líquida	15,8%	-1,8%
Despesas	9,7%	17,1%
Benefícios	9,6%	12,6%
Pessoal	7,7%	21,0%
Custeio e Capital	11,5%	19,5%
FAT	12,1%	41,3%
Subsídios	-22,1%	-102,1%
LOAS/RMV	20,3%	18,0%
Outras	12,5%	22,6%
Custeio	8,1%	22,8%
Capital	34,5%	21,8%
PIB estimado	11,1%	3,7%

No acumulado do 1º semestre de 2009, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 18,6 bilhões, equivalente a 1,28% do PIB.



O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento de 21,8% dos gastos com investimentos.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 4,4% (R\$ 12,1 bilhões) relativamente ao primeiro semestre de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) alterações na legislação tributária, especialmente em relação ao IPI; ii) redução de 13,9% na produção industrial, no período de janeiro a maio de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, o que impacta a arrecadação do IPI; iii) compensação este ano de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e iv) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas.

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 20,3% em termos nominais relativamente às verificadas no mesmo período de 2008, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 3,3 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) maior dinâmica das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 11,2 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde superior em R\$ 5,8 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 1,3 bilhão. Cumpre salientar o incremento de R\$ 2,2 bilhões (21,8%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis e das desonerações ocorridas no período.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 17,2% (R\$ 3,1 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 18,2 bilhões para R\$ 21,3 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,5 bilhões (11,5%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 11,6 bilhões (12,6%) em decorrência do aumento de 11,4% no valor médio benefícios pagos, conseqüência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	73.502,7	81.965,0	11,5%
Urbano	71.112,8	79.703,6	12,1%
Rural	2.389,9	2.261,4	-5,4%
Benefícios	91.658,9	103.241,1	12,6%
Urbano	73.442,5	82.580,7	12,4%
Rural	18.216,4	20.660,4	13,4%
Res. Primário	-18.156,2	-21.276,1	17,2%
Urbano	-2.329,7	-2.877,1	23,5%
Rural	-15.826,5	-18.399,0	16,3%

piso, e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 749,7 milhões no pagamento com precatórios judiciais de benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,9 bilhões, que corresponde a 13,5% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 18,4 bilhões (86,5% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional cresceu 1,1% relativamente ao mês anterior.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 42,7 bilhões em junho contra R\$ 42,2 bilhões verificados em maio de 2009 (crescimento de 1,1%). Este comportamento é explicado pelo acréscimo de R\$ 4,0 bilhões nas receitas de impostos e de R\$ 857,6 milhões nas de contribuições, a despeito da redução de R\$ 4,4 bilhões nas demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 21,5 bilhões e as de contribuições R\$ 16,2 bilhões em junho, apresentando, em conjunto, aumento de 14,7% em relação ao valor apurado em maio (R\$ 32,8 bilhões). Essa evolução reflete: i) o aumento de R\$ 2,8 bilhões na arrecadação do IRRF – rendimentos do capital decorrente da arrecadação semestral desse tributo ocorrida no mês, em conformidade com a Lei no 10.892/2004; ii) a elevação de R\$ 867,9 milhões na arrecadação do IRPJ; e iii) o crescimento de R\$ 531,9 milhões na arrecadação da Cofins.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 5,1 bilhões no mês contra R\$ 9,4 bilhões registrados em maio de 2009, apresentando redução de R\$ 4,4 bilhões (46,1%). As principais variações nesse grupo foram: i) a queda de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação de dividendos; e ii) a diminuição de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação de concessões, decorrente das receitas não habituais registradas no mês anterior, da ordem de R\$ 699,1 milhões, referentes à prorrogação bianual de contratos de concessão de serviços de telecomunicações, e de R\$ 461,9 milhões relativos ao pagamento da 2ª parcela da outorga da Ferrovia Norte Sul.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	mai/09	jun/09
Impostos	17.502,1	21.455,9
Imposto de Renda	12.755,0	16.385,1
IPI	2.136,0	2.407,4
Outros	2.611,1	2.663,4
Contribuições	15.301,5	16.159,1
Cofins	8.867,6	9.399,5
CPMF	13,0	11,8
CSLL	2.611,0	2.757,8
Cide - Combustíveis	359,1	379,7
Outras	3.450,8	3.610,2
Demais	9.444,6	5.088,4
Cota parte	839,1	1.063,3
Diretamente Arrecadada	1.818,9	1.626,3
Dividendos da União	3.755,7	1.135,9
Concessões	1.170,5	42,7
Outras	1.860,4	1.220,2
Total Bruto	42.248,2	42.703,4

1 Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro semestre de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 261,9 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 12,1 bilhões (4,4%) quando comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,1%, contra 19,6% no período de janeiro a junho de 2008.

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) decréscimo de R\$ 4,5 bilhões (24,6%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nº 11.727/2008 e nº 11.827/2008, e mudança do período de apuração, de decendial para mensal, em conformidade com a Lei nº 11.774/2008; ii) IPI - Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a 30 de junho de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12/12/2008, conforme Decretos nº 6.687/2008 e nº 6.809/2009; e iii) IPI - Outros, devido à queda de 13,9% na produção industrial no acumulado de janeiro a maio de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nº 6.696, nº 6.809, nº 6.823, nº 6.825 e nº 6.826, todos de 2009;
- b) decréscimo de R\$ 5,3 bilhões (9,1%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 689,2 milhões (4,6%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 3,1 bilhões, nos meses de janeiro a junho de 2009; ii) a desaceleração no volume geral de vendas; e iii) as desonerações promovidas por meio das Leis nº 11.774 e nº 11.787, ambas de 2008, nº 11.945/2009 e pela Medida Provisória nº 460/2009;
- c) redução de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;
- d) queda de R\$ 2,2 bilhões (5,0%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas;
- e) decréscimo de R\$ 1,0 bilhão na arrecadação do IOF (10,7%) decorrente i) da alteração das alíquotas do em conformidade com as desonerações reguladas pelos Decretos nº 6.391, nº 6.453, nº 6.566, nº 6.613, nº 6.655 e nº 6.691, todos de 2008; e, ii) da arrecadação atípica em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores, no valor de R\$ 167 milhões.
- f) elevação de R\$ 2,8 bilhões (6,4%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de R\$ 1,3 bilhão (5,1%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial; ii) ao incremento de R\$ 705,0 milhões (6,2%) no IRRF – Rendimentos do Capital, com destaque para os itens juros de capital próprio e operações de swap; e iii) ao aumento de R\$ 746,3 milhões (18,0%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação de 29,2% da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior;

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	130.849,5	125.781,9
Imposto de Renda	95.364,4	95.513,2
IPI	18.300,4	13.803,9
Outros	17.184,7	16.464,7
Contribuições	105.980,5	97.434,2
Cofins	57.767,1	52.486,9
CPMF	1.076,1	96,1
CSLL	22.595,1	22.451,5
Cide - Combustíveis	3.581,3	1.195,5
Outras	20.960,8	21.204,2
Demais	37.257,4	38.730,2
Cota parte	10.981,0	8.181,3
Diretamente Arrecadada	11.579,8	12.997,7
Dividendos da União	4.761,5	8.702,0
Concessões	4.295,4	1.529,8
Outras	5.639,7	7.319,4
Total Bruto	274.087,4	261.946,2

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	37.257,4	38.730,2
Cota parte	10.981,0	8.181,3
Plano do Servidor (CPSS)	3.444,5	4.117,8
Diretamente Arrecadada	11.579,8	12.997,7
Dividendos da União	4.761,5	8.702,0
Concessões	4.295,4	1.529,8
Outras	2.195,1	3.201,6

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 1,5 bilhão (4,0%) em relação ao período de janeiro a junho de 2008, decorrente: i) do incremento de R\$ 3,9 bilhões das receitas de dividendos; ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,4 bilhão, em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; iii) do acréscimo de R\$ 1,0 bilhão em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos depósitos da Caixa Econômica Federal para a conta Única do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 577,6 milhões em maio de 2009; iv) da queda de R\$ 2,8 bilhões (64,4%) no volume arrecadado proveniente de concessões, em decorrência da arrecadação, em março de 2008, de R\$ 1,9 bilhão relativo à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e, em maio de 2008, de R\$ 1,7 bilhão decorrente da exploração de serviços de telefonia móvel (3G); e v) do decréscimo de R\$ 2,8 bilhões na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	MAI/09	JUN/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.345,4	8.079,4
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	2.112,5
Demais	3.327,1	2.723,2
Total	12.835,0	12.915,2

¹ Inclui auxílio financeiro

Em junho, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 12,9 bilhões, contra R\$ 12,8 bilhões no mês anterior, apresentando acréscimo de 0,6%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 8,1 bilhões, com diminuição de R\$ 1,3 bilhão (13,5%) frente a maio de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de maio, com impacto nas transferências do mês de junho.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	50.534,1	49.034,1
CIDE - Combustíveis	932,0	302,1
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	991,1	2.925,0
Demais	10.781,8	12.403,1
Total	63.239,0	64.664,3

¹ Inclui auxílio financeiro

As transferências referentes à Lei Complementar nº 115 alcançaram R\$ 2,1 bilhões, frente aos R\$ 162,5 milhões registrados no mês anterior. Esse crescimento se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios sob o amparo da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009.

As demais transferências apresentaram decréscimo de R\$ 603,8 milhões (18,1%), influenciadas: i) pela redução de R\$ 706,7 milhões do repasses de royalties e participações especiais; e ii) pelo apoio financeiro aos municípios, menor em R\$ 557,1 milhões quando comparado a maio. No sentido contrário, os repasses para o Fundeb aumentaram R\$ 680,0 milhões.

Na comparação entre o acumulado no primeiro semestre de 2009 frente ao mesmo período de 2008, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, crescimento de R\$ 1,4 bilhão (2,3%), passando de R\$ 63,2 bilhões em 2008 para R\$ 64,7 bilhões em 2009. Tal desempenho é

explicado: i) pelo aumento de R\$ 1,9 bilhão de transferência a título de auxílio financeiro sob amparo da Medida Provisória nº 464/2009; ii) pelo aumento de R\$ 1,9 bilhão das transferências relativas ao Fundeb decorrente do fluxo financeiro desse repasse estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09 e da antecipação da parcela de junho (desembolso previsto para julho); iii) pelo incremento de R\$ 977,0 milhões em outras transferências, em virtude do pagamento de R\$ 952,8 milhões relativo a apoio financeiro aos Municípios, sem correspondência em 2008, ao amparo da MP nº 462/2009; iv) pela redução de R\$ 1,5 bilhão (3,0%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; v) pela queda de R\$ 1,6 bilhão nas transferências relativas aos royalties e participações especiais da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iv) pela diminuição de R\$ 629,9 milhões nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão.

Em junho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 25,1 bilhões, apresentando redução de R\$ 1,3 bilhão (5,0%) relativamente a maio. Contribuíram para este resultado a diminuição de R\$ 1,8 bilhão (11,7%) registrada nas despesas de Custeio e Capital e a elevação de R\$ 480,8 milhões (4,4%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais cresceram em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU. Quanto às despesas de Custeio e Capital, a evolução é explicada, em grande medida, pela redução de R\$ 2,0 bilhões (319,4%) nas despesas com subsídios e subvenções econômicas. Adicionalmente, verificou-se incremento do desembolso da rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital' de R\$ 145,3 milhões (1,3%), bem como variação negativa de R\$ 4,8 milhões (0,3%) nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A redução registrada nas despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas decorre, principalmente, do retorno líquido de empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) de R\$ 2,1 bilhões ocorrido no mês. Em relação a execução dos demais dispêndios das Operações Oficiais de Crédito, merecem destaque no mês: i) Programa de Sustentação de Preços, totalizando R\$ 95,6 milhões; ii) Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), com R\$ 88,0 milhões, iii) Programa de Financiamento à Exportação (Proex), com

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Mai	Jun
Terceiro Decêndio	13.683,1	8.380,5
Primeiro Decêndio	1.149,5	4.687,8
Segundo Decêndio	5.569,1	4.270,8
Total	20.401,7	17.339,1

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	mai/09	jun/09
Agricultura	183,3	286,2
Custeio Agropecuário	1,8	1,6
Investimento Rural	-118,8	0,3
Preços Agrícolas	99,2	129,3
- EGF	0,1	0,1
- AGF	29,5	33,6
- Sustent. de preços	69,6	95,6
Pronaf	106,2	22,5
Pesa	27,5	88,0
Cacau	0,7	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	26,5	42,2
FUNCAFÉ	7,3	2,3
Revitaliza	32,8	0,0
Outros	-1,8	-2.071,0
Habituação (PSH)	0,0	5,2
FND	-20,3	-2.121,1
Exportação (Proex)	18,6	45,0
Total	181,5	-1.784,8

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/09	JUN/09
Pessoal e Encargos	10.867,4	11.348,2
Custeio e Capital	15.460,2	13.654,8
Despesas do FAT	1.930,2	1.925,4
Subsídios e Subvenções ¹	612,9	-1.344,6
LOAS/RMV	1.586,7	1.598,3
Outras	11.330,4	11.475,7
Transferência ao Bacen	88,8	88,5

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.393,2	1.638,2
Legislativo/Judiciário	2.564,3	2.689,4
Crédito Extraordinário ¹	3.074,6	1.754,4
Projeto Piloto de Investimento ²	2.729,7	3.866,3
Outras ³	558,6	402,0
Discricionárias	39.534,4	50.759,7
d/q Min. da Saúde	17.904,9	23.749,9
Min. do Des. Social	5.846,1	6.774,3
Min. da Educação	4.419,0	5.109,1
Min. da Defesa	2.317,6	3.445,6
Min. da Ciência e Tec.	1.221,8	1.522,6
Min. do Des. Agrário	729,0	1.009,0
Min. da Previdência	492,6	713,1
Min. da Justiça	546,0	1.128,7
Min. dos Transportes	670,3	642,0
Demais	5.386,9	6.665,4
Total	49.854,8	61.109,9

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESAPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	9,15%	10,62%
Pessoal e Encargos	4,27%	4,99%
Custeio e Capital	4,85%	5,60%
Despesas do FAT	0,54%	0,74%
Subsídios e Subvenções ¹	0,18%	0,00%
LOAS/RMV	0,56%	0,64%
Outras	3,57%	4,22%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

No primeiro semestre de 2009, as despesas com Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), aumentaram de 0,54 p.p para 0,74 p.p do PIB, em relação ao mesmo período do exercício anterior.

R\$ 45,0 milhões, iv) Fundo da Terra/Incra, com R\$ 42,2 milhões; e v) Programa de Aquisição do Governo Federal (AGF), totalizando R\$ 33,6 milhões. Os dispêndios com as subvenções aos Fundos Regionais, por sua vez, totalizaram R\$ 277,5 milhões em junho (redução de 35,7%).

No âmbito das Demais Despesas de Custeio e Capital, o aumento de R\$ 145,3 milhões em relação ao mês anterior reflete, dentre outros, o acréscimo de R\$ 562,4 milhões (248,1%) nas despesas com créditos extraordinários. O desembolso com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) reduziu-se em R\$ 146,8 milhões (14,2%) enquanto que as despesas discricionárias reduziram R\$ 256,9 milhões (2,7%) relativamente a maio.

No primeiro semestre de 2009, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,6% do PIB, contra 9,2% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 25,9 bilhões (20,3%), destacando-se os incrementos de R\$ 13,2 bilhões (19,5%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 12,5 bilhões (21,0%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registram aumento de 0,71 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,27% em 2008, para 4,99% em 2009. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 3,6 bilhões (25,6%) e no Poder Executivo, o acréscimo correspondeu a R\$ 9,9 bilhões (22,3%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal apresentaram aumento de R\$ 2,3 bilhões (82,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 4,85% para 5,60% do PIB (aumento de 0,74 p.p.), o que significou crescimento de R\$ 13,2 bilhões (19,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas com abono salarial, seguro desemprego, e gastos operacionais do FAT tiveram desempenho de R\$ 10,6 bilhões este ano, frente a R\$ 7,5 bilhões em 2008 (variação de 41,3%), em função, principalmente, dos reajustes do salário mínimo e da prorrogação de parcelas adicionais de seguro-desemprego para alguns subsetores, conforme Resoluções do CODEFAT nº 592 e nº 595, de 11 de fevereiro de 2009 e de 30 de março de 2009, respectivamente.. Por sua vez, a rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital' registrou crescimento de R\$ 11,3 bilhões (22,6%).

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2009**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-jun/01	1.252.569	-	425.151	-	827.418	-
média jan-jun/02	1.395.228	11%	501.538	18%	893.690	8%
média jan-jun/03	1.598.107	15%	607.888	21%	990.220	11%
média jan-jun/04	1.804.754	13%	752.074	24%	1.052.680	6%
média jan-jun/05	2.121.352	18%	971.478	29%	1.149.874	9%
média jan-jun/06	2.340.455	10%	1.102.386	13%	1.238.068	8%
média jan-jun/07	2.522.507	8%	1.210.337	10%	1.312.170	6%
média jan-jun/08	2.746.034	9%	1.326.797	10%	1.419.237	8%
média jan-jun/09	3.000.612	9%	1.458.307	10%	1.542.305	9%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,4 bilhão (18,0%) em relação ao acumulado até junho de 2008. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo nos anos de 2008 e 2009 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,5 milhão aos portadores de necessidades especiais.

No primeiro semestre de 2009, as despesas com Subsídios, Subvenções Econômicas e Reordenamento de Passivos alcançaram R\$ 51,9 milhões, com decréscimo de R\$ 2,5 bilhões (102,1%), em relação ao primeiro semestre de 2008, devido à variação de despesas com operações oficiais de crédito em R\$ 3,1 bilhões (241,5%). Neste item, observou-se elevação do retorno líquido dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, de R\$ 3,9 bilhões, além da redução de gastos no âmbito do Programa de Sustentação de Preços, de R\$ 175,4 milhões (26,1%). Por outro lado, houve incremento nos dispêndios dos Programas de Aquisições do Governo Federal (AGF) da ordem de R\$ 873,6 milhões (370,5%) e do Fundo da Terra/Incra em R\$ 101,0 milhões (46,3%).

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 11,3 bilhões no período (22,6%), explicado, principalmente, pela variação de R\$ 11,2 bilhões (28,4%) nos gastos discricionários. Desse total, houve crescimento das despesas com os Ministérios da Saúde, R\$ 5,8 bilhões; Defesa, R\$ 1,1 bilhão; com o Desenvolvimento Social, R\$ 928,3 milhões e com da Educação, R\$ 690,1 milhões. Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias no Ministério dos Transportes (R\$ 28,3 milhões). Além disso, as despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), que são passíveis de redução da meta de superávit primário, nos termos do art. 3º da LDO de 2009, totalizaram R\$ 3,9 bilhões em

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2008	2009
Agricultura	1.494,6	2.135,7
Custeio Agropecuário	172,5	185,9
Investimento Rural	24,8	-102,7
Preços Agrícolas	440,4	1.145,8
- EGF	4,0	11,1
- AGF	-236,1	637,5
- Sustent. de preços	672,5	497,1
Pronaf	436,8	369,3
Pesa	186,8	143,0
Cacau	0,0	0,7
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	218,1	319,1
FUNCAFÉ	15,1	41,8
Revitaliza	0,0	32,8
Outros	-205,2	-4.122,7
Habitação (PSH)	135,4	5,2
FND	-348,8	-4.214,1
Exportação (Proex)	8,2	86,2
Total	1.289,5	-1.987,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	MAI/09	JUN/09
Sentenças Judiciais	15,1	17,5
Legislativo/Judiciário	451,8	446,8
Crédito Extraordinário ¹	226,6	789,1
Projeto Piloto de Investimento ²	1.037,1	890,3
Outras ³	80,7	70,0
Discricionárias	9.519,1	9.262,1
d/q Min. da Saúde	4.264,1	4.067,2
Min. do Des. Social	1.114,0	1.185,9
Min. da Educação	984,0	999,9
Min. da Defesa	650,9	664,6
Min. da Ciência e Tec.	304,0	366,9
Min. do Des. Agrário	141,9	178,4
Min. da Justiça	242,4	249,9
Min. da Previdência	154,2	110,1
Min. das Cidades	226,2	139,4
Demais	1.437,3	1.299,8
Total	11.330,4	11.475,7

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

2009 contra R\$ 2,7 bilhões no ano anterior. As despesas com Sentenças Judiciais aumentaram R\$ 245,0 milhões (17,6%) em relação ao ano passado. E, por fim, registrou-se redução na execução de despesas por meio de crédito extraordinário (R\$ 1,3 bilhão).



Com relação à execução de restos a pagar – RP (Decreto de Programação Financeira), o montante pago no primeiro semestre de 2009 correspondeu a R\$ 11,3 bilhões, equivalente a 33,8% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 37,3% no mesmo período do ano anterior. Dos RP pagos em 2009, R\$ 4,7 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 21,3% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 879,4 milhões), da Saúde (R\$ 683,9 milhões), da Defesa (R\$ 588,5 milhões) e Cidades (R\$ 482,1 milhões).

Previdência Social

Em junho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,4 bilhões, superior em R\$ 641,7 milhões ao registrado em maio (crescimento de 23,4%). Esse aumento se deve à queda da arrecadação líquida em relação ao mês anterior em R\$ 336,9 milhões (2,3%) e ao aumento no pagamento dos benefícios previdenciários no mês, que superou em R\$ 304,8 milhões (1,8%) o valor pago em maio. No primeiro semestre do ano, observou-se um crescimento do déficit no montante de R\$ 3,1 bilhões (17,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,4 bilhões. No primeiro semestre, o déficit atingiu R\$ 21,3 bilhões, equivalentes a 1,47% do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	73.502,7	81.965,0	11,5%
Urbano	71.112,8	79.703,6	12,1%
Rural	2.389,9	2.261,4	-5,4%
Benefícios	91.658,9	103.241,1	12,6%
Urbano	73.442,5	82.580,7	12,4%
Rural	18.216,4	20.660,4	13,4%
Res. Primário	-18.156,2	-21.276,1	17,2%
Urbano	-2.329,7	-2.877,1	23,5%
Rural	-15.826,5	-18.399,0	16,3%

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAI	JUN	JAN-JUN	
	2009	2009	2008	2009
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	14.400,8	14.063,9	73.502,7	81.965,0
Arrecadação Bruta	15.835,4	15.585,7	82.191,3	91.778,8
- Contribuição Previdenciária	14.252,3	14.387,1	76.034,1	84.155,2
- Simples	1.007,6	1.034,6	5.030,8	5.823,2
- CFT	73,4	64,8	369,5	353,8
- Depósitos Judiciais	480,0	82,2	609,0	1.312,6
- Refis	22,1	16,9	147,8	134,1
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-32,7	-47,2	-138,1	-242,3
(-) Transferências a Terceiros	-1.401,9	-1.474,6	-8.550,4	-9.571,4
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	17.140,5	17.445,3	91.658,9	103.241,1
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.739,7	-3.381,4	-18.156,2	-21.276,1
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,30%	-1,47%

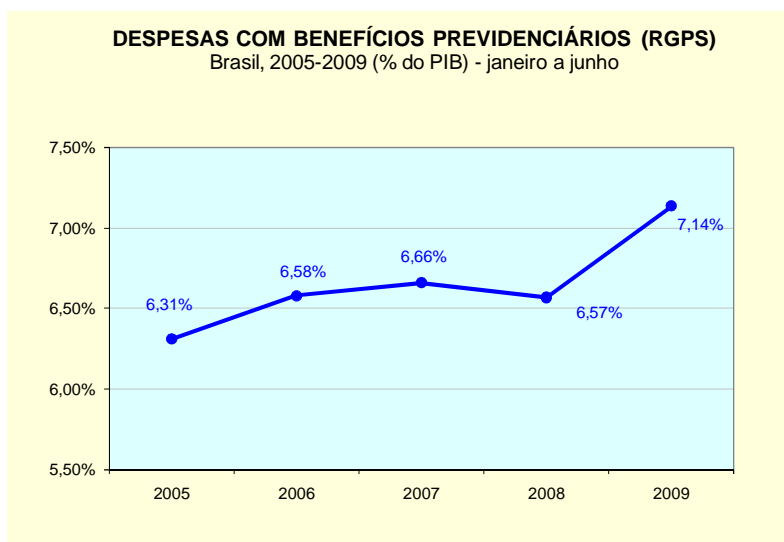
A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,1 bilhões em junho, apresentando uma queda de R\$ 336,9 milhões (2,3%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Apesar da queda, esse foi o segundo melhor resultado da série histórica desde 1995 - excetuados os meses de dezembro (sazonalmente afetadas pela gratificação natalina) e o mês de maio de 2009, quando a arrecadação líquida superou os R\$ 14,4 bilhões. Em relação ao primeiro semestre de 2008, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,5 bilhões (11,5%). O principal fator que explica este crescimento foi o aumento da massa salarial, a despeito da crise econômica mundial. Outro fator relevante foi o comportamento da recuperação de crédito, que cresceu 8,7% sobre o primeiro semestre de 2008. Tais pagamentos atingiram R\$ 5,1 bilhões no primeiro semestre deste ano, contra R\$ 4,7 bilhões registrados nos seis primeiros meses de 2008.

As despesas com benefícios em junho alcançaram o montante de R\$ 17,4 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 304,8 milhões (1,8%) com relação ao mês anterior. Em relação ao primeiro semestre de 2008, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 11,6 bilhões (12,6%). Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 67,02 (11,4%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 744,1 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R\$ 749,7 milhões no pagamento de precatórios (20,8%).

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a junho de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,31% do PIB; em 2009, correspondem a 7,14%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios apresentou um acréscimo de 0,25 ponto percentual do PIB por ano.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUN			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,2	23,0	3,3%
Valor médio RGPS**	588,9	655,9	11,4%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00



Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 13,08%, passando de 6,31% do PIB no acumulado de janeiro a junho de 2005 para 7,14% do PIB no mesmo período em 2009.

No estoque de benefícios do primeiro semestre de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 607,7 mil aposentadorias (4,3%) e de 185,4 mil pensões por morte (3,0%), bem como a redução de 68,3 mil benefícios de auxílio-doença (5,1%).

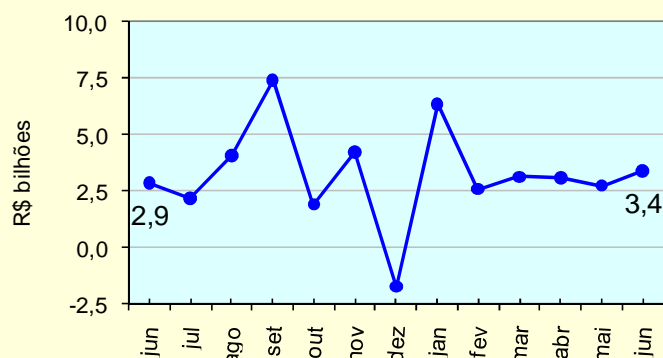
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

	Em mil benefícios			
	MAI	JUN	JAN-JUN	
	2009	2009	2008	2009
Benefícios do RGPS	23.068	23.198	22.230	22.974
Previdenciários	22.264	22.388	21.456	22.172
Aposentadorias	14.701	14.768	14.030	14.632
Idade	7.637	7.677	7.257	7.599
Invalidez	2.862	2.867	2.782	2.856
Tempo de contribuição	4.202	4.225	3.990	4.177
Pensão por morte	6.343	6.361	6.139	6.325
Auxílio-Doença	1.107	1.136	1.200	1.106
Salário - maternidade	66	74	46	61
Outros	48	50	41	47
Acidentários	803	809	774	802
Aposentadorias	156	156	150	155
Pensão por morte	128	127	129	128
Auxílio - doença	169	175	143	169
Auxílio - acidente	273	274	271	273
Auxílio - suplementar	77	77	82	78

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,40 p.p. em relação ao primeiro semestre de 2008. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,57 p.p.. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,47% do PIB, 0,17 p.p. maior que o mesmo nível registrado no mesmo período do ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,27%	5,67%
Urbano	5,10%	5,51%
Rural	0,17%	0,16%
Benefícios	6,57%	7,14%
Urbano	5,26%	5,71%
Rural	1,31%	1,43%
Res. Primário	-1,30%	-1,47%
Urbano	-0,17%	-0,20%
Rural	-1,13%	-1,27%

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008/2009



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

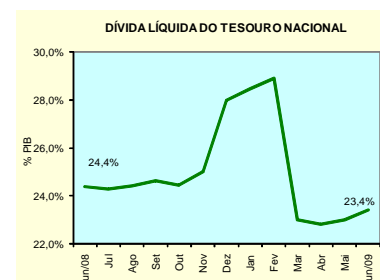
A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 684,3 bilhões em junho, o que corresponde a 23,4% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 12,6 bilhões em termos nominais, o equivalente a 0,4 ponto percentual do PIB. Contribuiu para esse resultado o crescimento de R\$ 71,6 bilhões no estoque da dívida interna, o que foi compensado em grande parte pela expansão de R\$ 57,7 bilhões nos haveres internos e também pela redução de R\$ 1,3 bilhão observada no estoque da dívida externa líquida.

Em junho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 684,3 bilhões ou 23,4% do PIB.

**TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	622.144	557.927	571.857
I.1. Dívida Interna	1.675.479	1.750.014	1.821.636
I.2. Haveres Internos	1.053.335	1.192.088	1.249.779
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	95.817	113.759	112.440
II.1. Dívida Externa	96.112	114.058	112.728
II.2. Haveres Externos	295	299	288
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	717.961	671.686	684.297
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,4%	23,0%	23,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB reduziu-se em 1,0 ponto percentual, passando de 24,4% em junho de 2008 para 23,4% em junho de 2009. Em termos nominais, houve redução de R\$ 33,7 bilhões no mesmo período, consequência da expansão de R\$ 196,4 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional que mais do que compensou o aumento de R\$ 162,8 bilhões no saldo total da dívida, no mesmo período.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de junho com um saldo de R\$ 571,9 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 19,6%. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 13,9 bilhões em termos nominais e 0,5 p.p. do PIB, reflexo do aumento de R\$ 71,6 bilhões no estoque da dívida, compensado em grande medida pelo aumento de R\$ 57,7 bilhões no saldo dos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 1,5 p.p., passando de 21,1% em junho de 2008 para 19,6% em junho de 2009. Em termos nominais observou-se uma diminuição de R\$ 50,3 bilhões, decorrente do efeito conjugado do aumento de R\$ 196,4 bilhões nos haveres e do crescimento de R\$ 146,2 bilhões no estoque da dívida interna.



Título	2008		2009
	JUN	MAI	JUN
Em Poder do Público	1.247	1.274	1.322
LFT	430	501	499
LTN	288	200	232
NTN-B	277	292	301
NTN-C	58	58	58
NTN-F	146	180	188
Demais ¹	49	43	43
Aplic. em Tít. Púb.	-18	-22	-22
Na carteira do BCB	424	476	500
Total	1.653	1.728	1.800
% PIB	56,18%	59,17%	61,60%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em junho, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 571,9 bilhões, equivalentes a 19,6% do PIB.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 JUN	2009 MAI	2009 JUN
I. DÍVIDA INTERNA	1.675.479	1.750.014	1.821.636
I.1. Dívida Mobiliária	1.653.063	1.728.211	1.799.943
DPMFi em Poder do Público ¹	1.247.290	1.274.255	1.321.876
DPMFi em Poder do Banco Central	423.665	475.565	499.646
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(17.892)	(21.609)	(21.579)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.417	21.803	21.693
II. HAVERES INTERNOS	1.053.335	1.192.088	1.249.779
II.1. Disponibilidades Internas	301.565	375.964	406.734
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	432.146	443.091	442.402
II.3. Haveres da Administração Indireta	198.780	210.098	212.305
II.4. Haveres Administrados pela STN	120.844	162.935	188.338
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	622.144	557.927	571.857
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,1%	19,1%	19,6%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi - líquida, principal componente da dívida interna, comparativamente ao mês de maio aumentou R\$ 71,7 bilhões em termos nominais (2,4 p.p. em relação ao PIB). Em relação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 146,9 bilhões em termos nominais e de 5,4 p.p. em proporção do PIB, passando de 56,2% para 61,6% do PIB. O crescimento da DPMFi verificado no mês está associado à emissão líquida de R\$ 55,7 bilhões mais a apropriação de juros no valor de R\$ 16,1 bilhões.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 47,6 bilhões, explicado pela emissão líquida de R\$ 36,1 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 11,5 bilhões. Na carteira do Banco Central, a variação foi de R\$ 24,1 bilhões, resultado das emissões no total de R\$ 22,9 bilhões, da apropriação de juros de R\$ 4,5 bilhões, contra resgates no montante de R\$ 3,3 bilhões.

Em relação à dívida em poder do público, a principal variação comparada ao mês anterior ocorreu no estoque de LTN, onde o aumento alcançou R\$ 32,2 bilhões, por conta das emissões no valor de R\$ 39,3 bilhões

mais a apropriação de juros de R\$ 2,1 bilhões, contra um resgate de R\$ 9,1 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, JUN/2009

R\$ bilhões

Título	Saldo Mai/09	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Jun/09
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.274,3	68,9	-32,8	11,5	1.321,9
LFT	500,8	10,0	-15,3	3,7	499,2
LTN	199,8	39,3	-9,1	2,1	232,0
NTN-B	291,9	8,4	-2,2	3,2	301,3
NTN-C	58,1	0,0	0,0	0,4	58,5
NTN-F	180,3	10,9	-5,6	1,9	187,5
Demais ¹⁴	43,4	0,3	-0,5	0,2	43,3
Na carteira do BCB	475,6	22,9	-3,3	4,5	499,6
Total	1.749,8	91,8	-36,1	16,1	1.821,5

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Discriminação	2008		2009
	JUN	MAI	JUN
Lei 9.496/97	305,1	317,2	317,5
MP 2.185/01	47,6	50,2	50,1
Lei 8.727/93	42,5	39,8	39,5
Antecipação de Royalties	12,8	11,5	11,4
Bônus Renegociados	6,5	7,3	7,1
Lei 7.976/89	1,3	0,8	0,5
Demais Haveres	16,4	16,3	16,2
Total	432,1	443,1	442,4
% PIB	14,69%	15,17%	15,14%

Os haveres do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 57,7 bilhões em relação ao mês anterior, o que equivale a 2,0 p.p. do PIB. Houve aumento de R\$ 30,8 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 25,4 bilhões nos haveres administrados pela STN e de R\$ 2,2 bilhões nos haveres da administração Indireta, contra redução nos haveres junto aos governos regionais em R\$ 688,8 milhões.

Relativamente aos haveres administrados pela STN, o aumento de R\$ 25,4 bilhões decorreu do crescimento daqueles de legislação específica, como resultado da liberação de R\$ 26,0 bilhões ao BNDES, por meio da emissão de títulos públicos. Quanto à expansão dos haveres da Administração Indireta, houve aumento de R\$ 651,5 milhões nos haveres do FAT, de R\$ 505,6 milhões nos haveres dos Fundos Regionais e de R\$ 1,0 bilhão nos haveres de fundos diversos.

Quanto aos haveres junto aos governos regionais, em relação ao mês anterior houve diminuição nos saldos da Lei nº 8.727/93, da Lei nº 7.976/89 e dos Bônus Renegociados, reflexo dos pagamentos ocorridos por conta do fluxo normal desses contratos e no caso dos Bônus Renegociados da variação cambial do período. Em contraponto, houve aumento no saldo das dívidas renegociadas no âmbito da Lei nº 9.496/97 em decorrência do andamento regular dos contratos.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Entidade	2008		2009
	JUN	MAI	JUN
FAT	130,8	137,0	137,6
Fundos Regionais	41,8	47,3	47,8
Demais	26,2	25,8	26,9
Total	198,8	210,1	212,3

Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida em junho totalizou R\$ 112,4 bilhões, equivalentes a 3,8% do PIB.

Em junho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 112,4 bilhões, contra R\$ 113,8 bilhões em maio. Houve redução de R\$ 1,3 bilhão em termos nominais e em proporção do PIB, passou de 3,9% no mês anterior para 3,8% em junho.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 JUN	2009 MAI	2009 JUN
I. DÍVIDA EXTERNA	96.112	114.058	112.728
I.1. Dívida Mobiliária	74.145	88.518	87.536
Euro	10.104	10.535	10.306
Global US\$	53.001	67.039	66.189
Global BRL	10.763	10.664	10.763
Demais	277	279	278
I.2. Dívida Contratual	21.968	25.540	25.192
Organismos Internacionais	18.462	21.550	21.387
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.506	3.990	3.805
II. HAVERES EXTERNOS	295	299	288
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	295	299	288
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	95.817	113.759	112.440
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,3%	3,9%	3,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Essa redução decorreu da valorização do real frente às demais moedas que compõem a Dívida Pública Federal Externa, cuja magnitude alcançou no mês R\$ 1,0 bilhão e também do resgate líquido de R\$ 1,1 bilhão no período, contra a apropriação de juros no valor de R\$ 725,0 milhões. Do estoque total, a dívida mobiliária corresponde a 77,7%, com R\$ 87,5 bilhões; e a dívida contratual, que totaliza R\$ 25,2 bilhões, representa 22,3% do total da dívida externa.

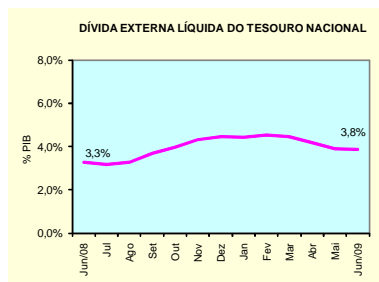


TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JUN/2009

Discriminação	Saldo Mai/09	Fatores de Variação ¹				Saldo Jun/09
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	88.518	-	(725)	665	(922)	87.536
Global US\$	67.039	-	(608)	493	(735)	66.189
Euro	10.535	-	(117)	72	(184)	10.306
Global BRL	10.664	-	-	99	(0)	10.763
Demais	279	-	-	1	(3)	278
Dívida Contratual	25.540	37	(360)	59	(84)	25.192
Org. Internacionais	21.550	36	(200)	42	(40)	21.387
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.990	2	(160)	18	(44)	3.805
Total	114.058	37	(1.085)	725	(1.006)	112.728

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 16,6 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 95,8 bilhões em junho de 2008 para R\$ 112,4 bilhões em junho de 2009. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,5 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Junho 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Jun/2008	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2009
I. RECEITA TOTAL	56.207,5	62.844,4	58.451,1	60.006,9	65.795,2	55.273,6	69.330,2	62.843,4	48.344,8	55.907,0	62.883,5	56.292,3	55.027,6
I.1. Receitas do Tesouro	43.132,7	49.488,4	45.128,5	46.373,6	52.056,0	41.496,7	46.151,5	50.690,2	35.003,7	41.539,8	48.618,1	41.711,9	40.770,7
I.1.1. Receita Bruta	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,3	53.869,0	43.743,4	47.252,5	50.866,3	35.364,1	41.930,8	48.833,3	42.248,2	42.703,4
- Impostos	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6	25.660,8	21.126,9	25.110,1	26.486,0	16.411,2	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9
- Contribuições	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2	20.324,5	17.659,0	16.588,0	18.378,6	13.930,3	16.204,3	17.460,4	15.201,5	16.159,1
- Demais ¹	4.449,3	7.929,3	8.546,9	7.890,4	7.883,7	4.957,5	5.554,3	6.001,7	5.022,6	4.654,9	8.517,9	9.444,6	5.088,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6	-1.813,0	-2.246,7	-1.099,9	-176,1	-360,4	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	12.942,8	13.230,2	13.193,2	13.430,0	13.475,7	13.559,2	22.964,2	12.031,8	13.169,2	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	12.491,3	12.804,6	12.753,7	13.022,0	13.070,7	13.155,3	22.463,6	11.733,2	12.867,7	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	451,4	425,6	439,5	408,0	405,0	403,9	500,6	298,6	301,5	340,9	424,6	474,0	421,7
I.3. Receitas do Banco Central	132,0	125,7	129,4	203,3	263,4	217,7	214,6	121,4	171,9	157,6	175,6	179,6	193,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.442,9	9.265,8	12.080,6	9.530,0	10.182,9	14.261,4	14.515,9	10.457,2	10.934,3	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4	7.281,2	9.120,7	11.592,0	8.888,8	8.279,2	6.611,7	8.279,6	9.345,4	8.079,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,7	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	370,7	0,0	0,0	276,2	0,0	0,0	273,9	0,0	0,0	28,2	0,0	0,0
II.4. Demais	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0	1.813,0	3.545,4	1.594,2	1.132,0	2.492,6	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	46.764,6	53.578,6	46.370,5	50.477,0	55.612,3	41.012,2	54.814,3	52.386,2	37.410,5	47.732,3	53.535,6	43.457,3	42.112,4
IV. DESPESA TOTAL	38.843,9	46.376,8	40.103,1	44.343,8	40.747,3	45.434,0	60.593,3	48.410,5	38.526,5	41.111,0	43.507,0	43.760,2	42.756,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais⁴	10.029,8	13.016,3	9.524,0	9.949,1	10.422,2	12.456,1	15.859,9	16.495,0	11.181,5	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	15.806,1	15.407,5	17.253,5	20.846,5	15.384,9	17.783,9	21.226,7	18.369,5	15.756,4	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	12.659,3	12.343,3	13.683,5	16.708,8	12.337,8	14.131,0	17.005,2	14.689,3	12.599,5	13.872,2	13.751,3	13.712,4	13.956,2
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.146,8	3.064,2	3.570,1	4.137,7	3.047,1	3.652,9	4.221,5	3.680,5	3.156,9	3.468,1	3.437,8	3.428,1	3.489,1
IV.3. Custeio e Capital	12.783,3	17.706,0	13.088,6	13.130,3	14.517,4	14.819,7	23.087,8	13.346,7	11.336,5	12.262,1	14.879,7	15.460,2	13.654,8
IV.3.1. Despesa do FAT	1.231,4	3.242,4	2.651,4	1.911,4	2.297,3	1.581,0	1.708,8	1.465,5	1.553,8	2.065,6	1.705,4	1.920,2	1.925,4
- Abono e Seguro Desemprego	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8	2.221,1	1.513,1	1.590,0	1.424,3	1.511,6	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5
- Demais Despesas do FAT	34,5	56,2	41,2	44,7	76,2	67,9	118,8	41,2	42,3	52,7	38,1	47,3	26,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	521,3	1.299,0	-1.304,3	410,0	836,5	1.064,4	1.204,3	1.077,6	375,7	-1.489,9	716,3	612,9	-1.344,6
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	257,5	1.125,6	-1.647,4	240,6	737,2	687,7	872,8	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	181,5	-1.622,1
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	263,8	173,5	343,2	169,4	99,3	376,7	331,5	324,0	241,1	214,8	283,5	431,4	277,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8	1.375,4	1.378,4	1.392,1	1.386,5	1.467,8	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.598,3
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0	10.008,1	10.796,0	18.782,6	9.417,2	7.939,1	10.070,9	10.876,7	11.330,4	11.475,7
- Outras Despesas de Custeio	7.091,7	8.726,1	7.355,0	7.094,9	8.223,0	7.874,7	13.467,1	7.923,4	6.728,7	8.375,5	8.515,0	8.815,3	8.727,0
- Outras Despesas de Capital ⁶	2.439,9	2.993,8	3.034,6	2.347,1	1.785,1	2.921,3	5.315,5	1.493,8	1.210,4	1.695,4	2.361,7	2.515,1	2.748,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	72,3	68,1	68,2	74,6	196,6	106,0	145,9	54,2	107,8	92,0	100,1	88,8	88,5
IV.5. Despesas do Banco Central	152,4	178,9	168,8	343,2	226,3	268,3	273,0	145,0	144,3	271,4	238,8	203,2	219,4
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	14.244,00	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	7.920,7	7.201,8	6.267,5	6.133,2	14.865,0	-4.421,8	-20.023,00	3.975,7	-1.116,0	6.621,3	10.028,7	-302,9	-643,8
VI.1. Tesouro Nacional	10.804,4	9.432,3	10.367,2	13.689,6	16.737,0	-146,5	-21.702,1	10.337,1	1.443,6	9.865,7	13.191,2	2.460,4	2.764,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5	-1.909,2	-4.224,7	1.737,5	-6.337,7	-2.587,2	-3.130,6	-3.099,4	-2.739,7	-3.381,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-168,0	461,3	-929,7	-3.686,8	732,9	-975,7	5.458,4	-2.955,9	268,2	-3,5	-86,2	214,3	-314,1
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-2.695,4	-2.638,6	-3.130,6	-3.729,7	-2.642,1	-3.249,0	-3.381,8	-2.855,4	-3.127,2	-3.013,2	-2.954,1	-3.067,4	-3.067,4
VI.3. Banco Central ⁹	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9	37,2	-50,6	-58,4	-23,6	27,6	-113,8	-63,2	-23,6	-26,3
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	134,4	131,3	70,5	100,5	74,9	0,0	0,0	194,6	173,6	215,7	214,4	99,0	155,8
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-988,0	441,0	915,0	-1.060,2	-474,4	1.139,1	-729,4	625,6	1.845,8	-1.021,2	618,5	-86,8	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	7.067,1	7.774,1	7.253,0	5.173,5	14.465,6	-3.282,7	-20.752,4	4.795,6	903,4	5.815,7	10.861,6	-290,8	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-8.214,8	-9.882,8	-5.727,4	-4.160,2	-3.478,8	-4.884,7	-14.308,6	-14.339,7	-7.867,9	-13.197,1	-13.949,9	-11.173,0	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-1.147,7	-2.108,7	1.525,6	1.013,2	10.986,7	-8.167,5	-35.061,0	-9.543,9	-6.964,5	-7.381,4	-3.088,3	-11.463,7	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	672,8	760,5	691,4	653,3	893,7	1.343,9	1.142,4	850,0	689,1	878,7	772,4	807,1	811,4
RMV ⁵	177,4	105,2	155,1	153,7	152,5	151,3	271,1	149,0	156,7	168,2	162,7	160,4	158,8

¹ Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

² Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

³ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

⁴ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁵ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁶ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁷ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do

⁸ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁹ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

¹⁰ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹¹ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹² Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jun/2008	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	57.723,1	59.325,6	65.917,3	59.770,2	61.998,8	66.575,9	80.010,6	43.859,6	55.836,4	59.575,2	60.929,7	63.822,7	57.818,9
I.1 - Recolhimento Bruto	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	28.006,0	39.410,2	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	127,4	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7
I.5 - Receita do Salário Educação	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.761,1	14.339,9	16.763,2	15.727,4	16.168,9	13.944,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	60.641,5	64.255,8	49.005,2	54.756,8	48.764,0	67.037,4	61.135,6	83.582,1	60.378,1	58.722,9	59.707,4	72.224,6	67.588,7
II.1 - Liberações Vinculadas	11.332,5	11.274,5	14.217,2	11.648,5	12.292,7	16.506,4	15.469,4	16.839,7	17.307,7	12.954,8	15.430,6	19.443,4	17.864,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	10.064,2	9.374,9	7.487,6	8.862,8	10.586,6	9.151,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	1.851,7	3.054,4	1.473,3	1.451,1	3.000,5	1.695,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	4.761,4	4.715,9	3.831,4	4.954,1	5.693,8	4.905,3
II.2 - Liberações Ordinárias	49.309,0	52.981,3	34.788,0	43.108,3	36.471,2	50.531,0	45.666,2	66.742,3	43.070,4	45.768,1	44.276,8	52.781,2	49.724,7
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.571,2	10.926,4	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.536,0	12.168,4	12.491,6	11.815,7	12.082,0	15.316,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5	2.565,4	810,5	559,5	1.209,3	2.514,4	719,4
i) Dívida Contratual Interna	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1	52,0	103,2	109,7	105,8	90,9	101,5
ii) Dívida Contratual Externa	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3	449,8	1.103,5	2.423,4	617,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.025,2	8.698,6	2.317,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.525,6	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.512,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	9.677,6	9.240,9	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	7.283,3	8.792,1	11.210,9	11.649,5	12.032,7	13.544,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-2.918,4	-4.930,3	16.912,2	5.013,4	13.234,8	-461,5	18.875,0	-39.722,5	-4.541,7	852,3	1.222,3	-8.401,9	-9.769,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	38.064,0	21.375,8	19.965,2	8.888,4	10.107,0	13.618,9	68.171,1	31.781,5	20.741,7	21.692,9	19.436,5	38.493,2	27.975,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0	20.435,4	17.964,8	37.125,4	26.523,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9
V. DESPESAS	20.603,6	65.622,6	3.966,6	18.412,7	26.669,0	2.555,5	21.618,0	74.620,5	3.176,1	26.033,9	27.850,0	27.051,0	16.383,2
V.1 - Amortização da Dívida Interna	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.765,0	1.346,6	25.548,1	27.245,3	24.966,6	14.050,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	27.061,8	24.787,4	13.873,0
V.1.2 - Dívida Contratual	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8	94,6	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.829,4	485,8	604,7	2.084,4	2.333,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	16.796,2	-43.751,3	16.134,2	-10.348,2	-17.142,1	10.593,6	45.566,8	-41.766,5	18.053,3	-4.892,8	-9.097,0	12.338,0	12.650,9
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7	14.218,4	-8.392,9	178,4	22.878,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	40.786,6	-75.875,7	35.733,8	1.085,4	-2.215,0	11.084,8	97.420,6	-118.351,6	13.856,6	10.729,8	-15.584,2	3.218,7	24.700,9

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jun/2008	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	26.244,5	2.301,3	4.022,9	5.596,3	17.412,2	2.682,9	31.992,5	1.709,9	1.832,7	14.218,4	3.107,1	10.978,4	26.378,1
I.1. Emissão de Títulos	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4	0,0	7.585,4	22.865,1
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	29.000,0	1.200,0	0,0	16.300,0	2.200,0	0,0	37.500,0	1.000,0	0,0	11.500,0	10.800,0	3.500,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1
II.2. Encargos da DPMF	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9
III. RESULTADO (I - II)	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7	14.218,4	-8.392,9	178,4	22.878,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Jun/2008	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6
IV. PRONAF	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0	106,2	22,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9	2.812,5	2.621,2	2.618,2	2.611,5	2.606,6	2.497,0
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1	-3,3	15,9
V. PROEX	-12,9	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8	1.839,2	1.750,4	1.749,4	1.713,5	1.654,2	1.627,0
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5	27,5	88,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	76,9	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2
XI. FUNCAFÉ	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3
XII. REVITALIZA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0
XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1
XIV. TOTAL	257,5	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	181,5	-1.784,8

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/08	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/09
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	622.143,9	625.730,9	625.853,6	624.506,8	614.743,6	618.211,8	699.217,7	711.250,2	715.153,6	540.251,0	543.876,3	557.926,9	571.856,6
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1
DPMFi em Poder do Público ¹	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6
DPMFi em Poder do Banco Central	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0
Demais Obrigações Internas	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3
I.2. HAVERES INTERNOS	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.249.779,5
Disponibilidades Internas	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	406.734,4
Haveres junto aos Governos Regionais	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3
Haveres da Administração Indireta	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.304,8
Haveres Administrados pela STN	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	95.817,2	93.260,1	96.053,5	110.044,8	118.724,4	129.555,8	132.187,0	130.836,8	133.223,7	130.070,3	121.907,4	113.759,3	112.440,0
II.1. DÍVIDA EXTERNA	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0
Dívida Mobiliária	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6
Dívida Contratual	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5
II.2. HAVERES EXTERNOS	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	717.961,0	718.991,0	721.907,1	734.551,6	733.468,0	747.767,6	831.404,7	842.087,0	848.377,3	670.321,3	665.783,7	671.686,2	684.296,6
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	24,4%	24,3%	24,4%	24,6%	24,4%	25,0%	28,0%	28,4%	28,9%	23,0%	22,8%	23,0%	23,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/2008	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2009
I. DÍVIDA INTERNA	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6
LFT	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2
LTN	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3
NTN-B	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4
NTN-C	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8
NTN-F	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1
Dívida Securitizada	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3
Demais Títulos em Poder do Público	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1
LFT	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7
LTN	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1
Demais Títulos na Carteira do BCB	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3
II. DÍVIDA EXTERNA	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6
Euro	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2
Global US\$	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7
Global BRL	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0
Demais Títulos Externos	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5
Organismos Multilaterais	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	1.771.591,5	1.700.621,5	1.726.495,1	1.745.532,5	1.759.575,4	1.790.257,9	1.896.608,7	1.816.262,2	1.847.951,5	1.881.851,6	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	60,2%	57,5%	58,4%	58,6%	58,6%	59,8%	63,8%	61,4%	62,9%	64,6%	63,7%	63,8%	66,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/2008	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2009
I. HAVERES INTERNOS	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.249.779,5
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	406.734,4
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3
Bônus Renegociados	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0
Antecipação de Royalties	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.304,8
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7
Fundos Constitucionais Regionais	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.935,7	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.780,8
Fundos Diversos	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5
Haveres de Operações Estruturadas	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7
Haveres Originários de Privatizações	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7
Haveres de Legislação Específica	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3
Demais Haveres Administrados pela STN	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7
II. HAVERES EXTERNOS	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.053.630,4	981.630,5	1.004.588,1	1.010.980,9	1.026.107,4	1.042.490,3	1.065.204,0	974.175,2	999.574,2	1.211.530,3	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.067,5
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	35,8%	33,2%	34,0%	33,9%	34,2%	34,9%	35,9%	32,9%	34,0%	41,6%	40,9%	40,8%	42,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO MAIO 2009/2008 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano ²	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ³	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	3.040,2	486,9	486,5	4.935,7	5.422,1	273.212,6	19.036,2	674,0	672,1	18.118,8	18.791,0
Senado Federal	75.801,6	10.120,9	1.396,3	1.396,3	8.019,3	9.415,6	47.287,9	11.734,2	1.252,5	1.239,5	3.796,0	5.035,5
Tribunal de Contas da União	61.538,6	13.413,8	315,3	314,6	16.097,8	16.412,4	41.069,8	3.807,8	404,7	404,7	11.523,5	11.928,3
Supremo Tribunal Federal	69.118,6	1.270,1	327,5	323,6	34.481,6	34.805,2	69.559,6	4.312,5	1.117,5	1.117,5	30.163,9	31.281,4
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	2.660,4	101,4	101,4	11.707,5	11.808,9	14.385,0	5.433,8	2.492,5	2.487,9	7.778,7	10.266,6
Justiça Federal ⁴	262.004,2	224.379,6	179.754,2	179.689,6	102.799,0	282.488,6	284.645,1	279.826,2	239.880,5	239.764,5	80.867,0	320.631,5
Justiça Militar	8.089,7	156,1	57,6	55,7	1.399,5	1.455,3	10.765,7	1.903,3	409,0	400,7	1.167,6	1.568,4
Justiça Eleitoral	290.994,5	154.594,6	26.764,2	26.471,2	56.616,5	83.087,7	171.280,9	74.900,1	2.933,1	2.752,6	93.396,9	96.149,4
Justiça do Trabalho	168.489,6	26.638,4	4.030,5	3.949,9	101.728,6	105.678,6	224.149,0	48.744,0	11.478,6	8.953,5	95.930,9	104.884,4
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.596,9	9.138,0	2.413,4	2.220,7	37.422,6	39.643,4	62.496,0	27.648,6	2.584,2	2.389,7	14.320,4	16.710,1
Presidência da República ⁵	1.275.291,6	211.666,7	33.635,4	26.161,5	111.988,8	138.150,3	1.800.168,1	434.017,1	30.910,4	30.720,5	277.806,1	308.526,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	51.991,4	2.086,3	110,9	69,4	12.407,8	12.477,3	389.018,3	21.326,2	4.986,8	4.950,2	18.578,2	23.528,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	756.759,4	238.603,4	1.672,9	1.573,3	251.136,6	252.709,9	1.169.200,4	43.635,5	11.938,8	11.119,0	161.854,2	172.973,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.174.201,6	260.965,0	62.282,8	44.833,0	151.012,3	195.845,4	1.629.997,1	467.256,1	286.658,6	171.959,0	209.085,9	381.044,9
Ministério da Fazenda	482.410,6	286.638,4	2.874,5	2.577,9	73.855,0	76.432,9	497.576,6	54.765,3	23.323,5	17.148,8	41.877,0	59.025,7
Ministério da Educação	2.857.114,1	566.743,5	149.357,4	106.291,6	1.147.255,9	1.253.547,5	4.690.497,6	766.594,1	134.368,0	122.957,9	1.007.017,6	1.129.975,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.170,7	8.849,7	339,0	338,4	22.025,0	22.363,5	171.921,0	10.597,6	6.572,7	5.819,1	8.866,1	14.685,2
Ministério da Justiça	1.328.650,0	316.108,2	3.805,3	3.144,0	151.772,0	154.916,0	906.476,7	188.069,0	18.440,6	12.961,9	263.573,3	276.535,2
Ministério de Minas e Energia	64.516,2	7.915,6	1.061,5	1.030,5	13.191,5	14.221,9	67.664,4	14.490,1	6.610,1	6.501,9	14.277,4	20.779,3
Ministério da Previdência Social	141.628,2	13.101,0	2.215,7	2.046,0	30.989,6	33.035,6	239.477,7	13.741,4	1.927,2	1.197,6	66.544,1	67.741,7
Ministério Público da União	165.849,4	8.107,3	107,6	106,9	83.424,3	83.531,2	136.092,1	13.831,3	809,0	805,6	63.423,9	64.229,5
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	2.584,9	2.563,8	2.563,8	916,4	3.480,2	97.416,0	8.710,2	8.328,6	8.328,6	1.665,4	9.993,9
Ministério da Saúde	3.427.964,5	708.534,7	34.800,6	32.481,5	584.925,6	617.407,1	3.645.624,5	175.127,0	67.095,5	59.304,3	708.184,1	767.488,4
Ministério do Trabalho e Emprego	114.577,1	1.828,4	244,2	244,0	5.337,2	5.581,2	70.592,3	500,1	264,7	257,9	9.552,0	9.809,9
Ministério dos Transportes	9.565.059,6	3.154.704,3	311.960,2	268.180,3	2.015.350,5	2.283.530,8	10.945.760,8	5.688.585,0	649.381,0	630.170,8	2.324.337,2	2.954.508,0
Ministério das Comunicações	39.184,4	481,3	226,1	226,1	17.873,7	18.099,8	82.929,8	1.338,5	403,6	403,6	18.145,2	18.548,8
Ministério da Cultura	252.689,0	26.236,2	757,9	757,9	61.939,7	62.697,6	233.944,1	30.261,2	835,6	835,6	40.497,1	41.332,6
Ministério do Meio Ambiente	170.059,6	2.250,6	515,7	514,5	18.451,5	18.966,0	133.762,0	3.288,2	1.345,9	1.343,8	21.286,4	22.630,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.887.082,2	443.710,6	26.862,3	25.377,1	320.576,2	345.953,4	2.230.924,6	595.093,3	294.764,3	294.764,3	200.115,5	494.879,8
Ministério do Esporte	894.318,3	336.870,6	4,4	4,4	93.404,8	93.409,3	1.006.699,9	7.611,0	324,4	324,4	80.732,6	81.057,0
Ministério da Defesa	4.452.729,7	1.164.357,7	197.407,1	183.886,5	675.652,5	859.539,1	5.079.843,3	1.361.018,3	543.344,6	519.895,0	875.492,1	1.395.387,2
Ministério da Integração Nacional	4.894.485,1	1.172.008,5	46.003,8	45.635,4	654.649,9	700.285,3	5.802.948,3	1.770.472,1	546.645,8	544.864,0	817.051,0	1.361.915,0
Ministério do Turismo	2.001.897,6	470.195,9	8,8	8,8	302.235,7	302.244,6	2.107.212,6	88.802,8	5.633,2	5.633,2	188.566,8	194.200,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	178.013,7	40.889,6	25.150,8	25.150,8	33.161,4	58.312,2	260.925,5	68.843,6	40.224,6	40.224,6	48.289,6	88.514,1
Ministério das Cidades	5.565.675,5	2.296.244,4	53.040,4	52.588,9	1.621.708,3	1.674.297,2	8.554.741,1	2.836.208,7	313.834,1	312.825,0	1.135.743,6	1.448.568,5
TOTAL	43.325.350,1	12.187.094,7	1.172.656,4	1.040.802,0	8.830.450,7	9.871.252,8	53.150.266,7	15.141.530,4	3.262.198,1	3.065.499,2	8.959.625,9	12.025.125,1

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

⁴ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁵ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XIV - nº 6 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

JUNHO / 2009

Comentários

Em Junho de 2009 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -13,7 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM naquele mês atingiram o montante de R\$ 6.287.453,4 (mil), ante R\$ 7.285.958,7 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Maio	Junho	Janeiro a	Maio	Junho	Janeiro a	Jun/2009	Jun/2009	Jan a
			Junho			Junho	Mai/2009	Jun/2008	Jun/2008
FPM	3.623.860,9	3.124.323,8	20.368.530,8	3.726.454,2	3.215.175,1	19.519.591,8	-13,7%	2,9%	-4,2%
FPE	3.462.800,3	2.985.464,8	19.463.261,7	3.559.504,5	3.072.278,3	18.641.966,0	-13,7%	2,9%	-4,2%
IPI-Exp	258.628,6	246.344,1	1.439.380,2	190.640,0	176.098,7	1.067.852,7	-7,6%	-28,5%	-25,8%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JUNHO	- 11 %	-13,7 %	- 11 %	-13,7 %	- 7 %	- 7,6 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	JUL/JUN	AGO/JUL	SET/AGO
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 21 %	+ 31 %	- 6 %
IPI - EXP	+ 6 %	+ 18 %	+ 27 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/05/2009 a 20/06/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAI/3º DEC	1.496.153	6.884.371	8.380.525	JUN/1º DEC	1.441.450	1.508.494	119.692	3.069.637
JUN/1º DEC	528.521	4.159.313	4.687.834	JUN/2º DEC	806.307	843.810	42.282	1.692.399
JUN/2º DEC	176.560	4.094.212	4.270.772	JUN/3º DEC	734.573	768.739	14.125	1.517.437
ABR a MAI/2ºDEC *	-	522.952	522.952	19/06/09	89.948	94.131	-	184.079
TOTAL	2.201.234	15.660.849	17.862.083	TOTAL	3.072.278	3.215.175	176.099	6.463.552

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;
- Na arrecadação líquida do 1º decêndio de junho estão incluídas receitas de IR e IPI classificadas naquele período por estimativa pela Receita Federal do Brasil, conforme a Portaria MF nº 232 de 20 de maio de 2009, referente à arrecadação de maio/09, até o dia 20 daquele mês. Os repasses correspondentes foram efetuados no 2º decêndio de junho, inclusos no repasse normal;
- (*) Em 19 de junho, além do repasse normal, foi distribuída também parcela procedente da classificação dos Depósitos Judiciais - Dívida Ativa - Receitas do IR, regido pela Lei nº 9.703/1998, contabilizados nos códigos 7525 e 7961 referente ao período de abril a 20/05/09;

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	16.783,9	105.102,6	25,1
ALAGOAS	AL	76.185,1	127.809,8	521,0
AMAZONAS	AM	45.121,7	85.728,9	2.120,5
AMAPÁ	AP	11.238,6	104.826,1	165,3
BAHIA	BA	292.333,2	288.677,4	11.822,5
CEARÁ	CE	167.192,3	225.410,0	1.562,0
DISTRITO FEDERAL	DF	5.265,6	21.204,9	174,7
ESPÍRITO SANTO	ES	55.290,2	46.084,2	7.223,3
GOIÁS	GO	116.444,8	87.347,9	2.790,5
MARANHÃO	MA	133.656,0	221.763,2	1.818,9
MINAS GERAIS	MG	421.384,6	136.854,6	21.176,2
MATO GROSSO DO SUL	MS	48.823,6	40.922,7	1.181,5
MATO GROSSO	MT	59.279,5	70.905,1	2.075,7
PARÁ	PA	116.832,5	187.777,6	8.176,9
PARAÍBA	PB	103.615,0	147.128,3	370,9
PERNAMBUCO	PE	161.262,8	211.993,3	1.081,8
PIAUI	PI	81.594,5	132.765,4	51,0
PARANÁ	PR	219.738,9	88.579,9	16.890,2
RIO DE JANEIRO	RJ	94.537,1	46.935,2	27.856,6
RIO GRANDE DO NORTE	RN	79.523,4	128.356,7	294,9
RONDÔNIA	RO	29.159,2	86.503,1	550,7
RORAIMA	RR	20.190,1	76.214,0	8,4
RIO GRANDE DO SUL	RS	217.918,9	72.346,0	20.693,2
SANTA CATARINA	SC	124.727,2	39.319,0	12.036,0
SERGIPE	SE	46.588,0	127.662,4	153,7
SÃO PAULO	SP	425.022,6	30.722,8	35.219,7
TOCANTINS	TO	45.465,9	133.336,9	57,5
TOTAL		3.215.175,1	3.072.278,3	176.098,7

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa

Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br